



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 41ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Aos trinta e um dias do mês de julho de 2006, no mini-auditório do prédio C, da sede do
2 Arquivo Nacional, na Praça da República nº 173, cidade do Rio de Janeiro, sob a
3 presidência de Jaime Antunes da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Arquivos -
4 CONARQ foi realizada a quadragésima primeira reunião ordinária do Plenário do
5 CONARQ. Participaram da reunião: representando o Poder Executivo Federal:
6 Francisca Helena Barbosa Lima, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
7 Nacional - IPHAN (suplente); representando o Poder Judiciário Federal: Kathia S. O.
8 Campelo Bezerra, do Supremo Tribunal Federal (titular) e Júlio César Sousa Gomes, do
9 Tribunal Superior Eleitoral, (titular); representando o Poder Legislativo Federal:
10 Antonio Alberto de Carvalho, do Senado Federal (titular), Lamberto Ricarte Serra
11 Júnior (titular) e Daniela Francescutti Martins Hott (suplente) da Câmara dos
12 Deputados; representando o Arquivo Nacional: Maria Izabel de Oliveira (titular);
13 representando os Arquivos Públicos Estaduais: Rosani Gorete Feron, do Arquivo
14 Público do Estado do Rio Grande do Sul (titular) e Ieda Pimenta Bernardes, do Arquivo
15 Público do Estado de São Paulo (suplente); representando os Arquivos Públicos
16 Municipais: Carlos Roberto Bastos Freitas, do Arquivo Municipal de Campos dos
17 Goytacazes (titular) e Ivana Denise Parrela, do Arquivo Público da Cidade de Belo
18 Horizonte (titular); representando Instituições mantenedoras de curso superior de
19 arquivologia: Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, da Universidade Federal da Bahia
20 (suplente); representando Instituições que congreguem profissionais que atuem nas
21 áreas de ensino, pesquisa, preservação ou acesso a fontes documentais: Célia Maria
22 Leite Costa (titular), e Regina da Luz Moreira (suplente), do CPDOC da Fundação
23 Getúlio Vargas e Lana Lage da Gama Lima, da Associação Nacional de História –
24 ANPUH (suplente). Justificaram suas ausências: Patrícia Pessi, do Ministério do
25 Planejamento, Orçamento e Gestão, Ana Maria de Almeida Camargo, da Associação de
26 Arquivistas de São Paulo, por estar em Moçambique, África, ministrando curso,

27 Ismênia de Lima Martins, da ANPUH, representada por sua suplente Lana Lage da
28 Gama Lima. O Conselheiro Geraldo Mártires Coelho, do Arquivo Público do Pará,
29 compareceu no início da reunião, tendo, porém que se retirar por questões de saúde.
30 Secretariou os trabalhos Marilena Leite Paes, Coordenadora do CONARQ. O Presidente
31 do CONARQ iniciou a sessão, dando boas vindas aos novos Conselheiros que passaram
32 a integrar o Conselho em decorrência do término de mandatos de alguns de seus
33 membros. Disse que os trabalhos desenvolvidos pelo Plenário, subsidiando o
34 delineamento da Política Nacional de Arquivos, tem sido de grande valor, não só para
35 os órgãos federais, mas também, para os órgãos estaduais e municipais porventura já
36 criados, e que a troca de experiências entre os diversos profissionais e seguimentos da
37 sociedade tem sido extremamente gratificante para o Conselho, e que isso enriquece os
38 produtos que daqui saem, com uma visão que atende não só às especificidades e
39 necessidades da administração pública, como do seguimento dos arquivos privados de
40 interesse público e social. Em seguida, o Presidente colocou em discussão a ata da 39^a
41 reunião do CONARQ, realizada em 5 de dezembro de dois mil e cinco, solicitando a
42 manifestação dos Conselheiros sobre a mesma. Maria Izabel sugeriu a retirada do texto
43 que se encontrava entre parênteses, nas linhas 61 e 62, o que foi aprovado. As linhas 76
44 e 77 passaram a ter a seguinte redação: “Deverá ainda incluir novos dispositivos, entre
45 outros, a excepcionalidade das questões das fronteiras, o que nos parece ser a questão
46 nevrálgica da legislação”. Na linha 190, substituiu-se a expressão “leilão nas
47 dependências do Instituto” por “leilão de peças do acervo do Instituto”. E, por último,
48 na linha nº 209, retirar a abreviação “etc”. Colocada em votação, a ata da 39^a reunião
49 foi aprovada. Passou, em seguida, à apreciação da ata da 40^a reunião do CONARQ,
50 realizada no dia 6 de dezembro de 2005. Como nenhum Conselheiro apresentou
51 qualquer sugestão de alteração, o texto foi aprovado, na íntegra. Dando seqüência aos
52 trabalhos, Jaime Antunes informou que a presidente da Câmara Técnica de Documentos
53 Eletrônicos - CTDE, a senhora Cláudia Lacombe Rocha apresentaria, em seguida, e
54 detalhadamente, o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão
55 Arquivística de Documentos - e-ARQ, cujo nome anterior era Req-Bras, e que na última
56 reunião da CTDE, após revisão geral do texto, predominou a sugestão de que a
57 designação de Req-Bras fosse substituída por e-ARQ em consonância com o e-ping, e-
58 gov, e-mail, enfim, com o “e” de eletrônico, mais ARQ de Arquivo. Em relação aos
59 trabalhos elaborados pela CTDE, Jaime informou que a Carta para a Preservação do
60 Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro, por iniciativa do CONARQ, em conjunto

61 com os colegas da Coordenação-Geral de Gestão de Documentos, fora encaminhada ao
62 IPHAN/RIO para concorrer ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, e que a
63 mesma tinha sido selecionada como a melhor proposta na categoria de Preservação de
64 Bens Móveis e Imóveis, e que o resultado seria divulgado no dia 31 de agosto de 2006.
65 Nessa oportunidade todos os interessados receberiam uma comunicação. O Presidente
66 do CONARQ passou, então, a palavra a Cláudia Lacombe, que informa aos presentes
67 que fará uma apresentação resumida do e-ARQ; inicia sua fala informando que, com o
68 aumento da produção de documentos digitais, houve o aparecimento e uso de sistemas
69 de gestão eletrônica de documentos (GEDs), porém esses sistemas não incorporam os
70 requisitos arquivísticos necessários e também não são adequados do ponto de vista
71 arquivístico. Neste sentido, observa-se, no cenário internacional, algumas iniciativas de
72 elaboração de Modelos de Requisitos para orientar a produção e aquisição de sistemas
73 informatizados de gestão de documentos arquivísticos. Cláudia cita o caso da
74 Especificação de Requisitos do Departamento de Defesa Norte-americano – DoD, que é
75 adotado pelo Arquivo Nacional dos Estados Unidos como modelo para orientar a
76 produção e aquisição desses sistemas pela administração pública nos EUA. Cita
77 também o caso do Modelo de Requisitos para sistemas de gestão de documentos
78 eletrônicos do Reino Unido (MoReq), e é com base nessas iniciativas que a CTDE
79 decide elaborar um modelo de requisitos brasileiro, face às especificidades da
80 terminologia e da legislação. A princípio, o e-ARQ partiu do MoReq e a CTDE foi
81 fazendo as adaptações à realidade brasileira. Cláudia passa então a explicar o que é o e-
82 ARQ, quais seus objetivos, a quem se dirige, as diferenças entre o e-ARQ e o Sistema
83 Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD, o que é um SIGAD e
84 qual sua função. O documento e-ARQ está dividido em duas partes: na parte I faz uma
85 introdução à gestão de documentos e a sistemas eletrônicos de gestão de documentos,
86 planejamento e implantação do programa, procedimentos e instrumentos de gestão e a
87 parte II compreende os aspectos de funcionalidade - metadados e aspecto de tecnologia
88 (plano de classificação, tramitação, captura, avaliação e destinação, pesquisa,
89 localização e apresentação, segurança, armazenamento, preservação, funções
90 administrativas e técnicas). A Presidente da CTDE enfatiza que o e-ARQ pretende
91 cobrir todas as atividades da fase corrente e intermediária e que os requisitos de
92 preservação dos documentos de valor permanente será objeto de um outro estudo que a
93 CTDE já iniciou, que é a questão da infra-estrutura do Arquivo Nacional para receber e
94 preservar os documentos de valor permanente. Destaca como pontos importantes: a

95 identificação dos documentos arquivísticos digitais; a implantação de um programa de
96 gestão arquivística único, para os documentos digitais e convencionais, a participação
97 dos arquivistas, administradores e profissionais de TI, de forma integrada na
98 concepção, no projeto, implantação e gerenciamento dos sistemas de gestão eletrônica
99 de documentos e que o SIGAD deve prever os requisitos arquivísticos de acordo com
100 as orientações do CONARQ. Terminada a apresentação de Cláudia Lacombe, o
101 Presidente do CONARQ, informa que na parte da tarde o texto do e-ARQ, será
102 examinado pelos Conselheiros para que sejam feitas críticas, sugestões, observações e
103 ajustes; se julgado oportuno, o texto será colocado em consulta pública. O Presidente do
104 CONARQ informa que quando o texto estiver aprovado em definitivo, o Arquivo
105 Nacional terá que buscar, no Brasil, uma unidade certificadora para o SIGAD, que
106 examine seus requisitos e valide se o sistema tem qualidade, de acordo com os
107 requisitos funcionais estabelecidos. Neste sentido deverá sair uma resolução do
108 CONARQ, estabelecendo que os órgãos da administração pública, em princípio, só
109 devam adquirir sistemas de gerenciamento de documentos arquivísticos que sejam
110 validados por uma instituição certificadora do SIGAD. Antes de encerrar a sessão da
111 manhã, o Presidente do CONARQ faz algumas comunicações, conforme se segue: 1)
112 informa sobre o recebimento de ofício da Procuradoria do Ministério Público de São
113 Paulo solicitando o pronunciamento do CONARQ, quanto ao reconhecimento do acervo
114 do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP, como de interesse público e
115 social, a partir de uma denúncia de que estava havendo venda de documentos e itens do
116 patrimônio do IHGSP, para manter a instituição; 2) ainda sobre o IHGSP, uma nova
117 solicitação, agora da Procuradoria da República Federal, para que o CONARQ informe
118 se no elenco dos itens vendidos haveria conjuntos documentais ou itens pertencentes à
119 União; 3) I Encontro Técnico dos Integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de
120 Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal a realizar-se em Brasília, em 11, 12,
121 13 e 14 de setembro de 2006, com o objetivo de discutir as tabelas de temporalidade
122 das atividades meio e fim, Comissões Permanentes de Avaliação e Subcomissões de
123 Avaliação do SIGA; 4) Programa de Capacitação Continuada em gestão documental; 5)
124 Encontro de Gestores de Arquivos de Universidades Federais para discutir a
125 elaboração, a construção de códigos de classificação, tabelas de temporalidade e planos
126 de destinação de documentos comuns às universidades federais; 6) solicitação dos
127 colegas do Mercosul para socializar as discussões do CONARQ, no que se refere, por
128 exemplo, a padrões para segurança, e-ARQ, normas de descrição, entre outros. O

129 objetivo do grupo é que se crie dentro do Conselho de Mercado Comum do Mercosul,
130 um grupo específico de Arquivo e Informação, visando a interação das associações de
131 arquivistas, universidades que possuam curso de Arquivologia e comunidade usuária,
132 para que se possa discutir questões em comum; para isso, está sendo programado, para
133 setembro deste ano, um Encontro Técnico de Arquivos do Mercosul, com
134 representantes dos arquivos nacionais dos países que o integram (o diretor e um
135 técnico por ele indicado), com duração de três dias, para definir ações estratégicas para
136 a implementação de normas técnicas de interesse comum entre os países do Bloco; 7)
137 Realização de workshops sobre Encoded Archival Description (EAD) e Encoded
138 Archival Context (EAC), codificações em XML das normas ISAD (G) e ISAAR (CPF);
139 8) Inclusão do Brasil no grupo do interPARES e solicitação para que seja criado o
140 IntraPARES-Brasil. A idéia é que, na próxima reunião do CONARQ, a realizar-se em
141 dezembro, de 2006, se possa trabalhar e estruturar bem o intraPARES, uma vez que no
142 Seminário Internacional sobre Gestão, Segurança e Preservação de Documentos
143 Digitais, a realizar-se em setembro de 2007, o intraPARES-Brasil deverá ser instalado e
144 estabelecido, o que exigirá a participação de universidades, instituições arquivísticas
145 que possam empreender pesquisas de interesse para a gestão e preservação de
146 documentos digitais; 9) Produção de uma biblioteca especializada, uma Coletânea de
147 Textos Técnicos, que congregue textos produzidos pelo CONARQ, que serão objeto de
148 exame e escolha por parte dos conselheiros, se possível na próxima reunião do
149 CONARQ, em dezembro de 2006. Em relação aos textos a serem revisitados, o
150 Presidente do CONARQ sugere como tema para ser discutido, a questão da
151 terceirização de serviços arquivísticos; de que maneira se terceiriza? quais os requisitos
152 que devem estar contidos no edital, para que a terceirização flua de maneira adequada?.
153 O Presidente sugere que depois de se discutir o referido tema no âmbito do SIGA, o
154 texto seja objeto de análise pelo Plenário do CONARQ o qual deverá editar uma
155 resolução com o objetivo de orientar os integrantes do SIGA e do SINAR nessa matéria.
156 Sugere outros assuntos, como por exemplo, microfilmagem, avaliação, classificação,
157 destinação final de acervos, documentos eletrônicos e requisitos para a construção de
158 prédios de arquivo; 10) Elaboração de diretrizes para implantação, em instituições
159 arquivísticas, de planos de segurança e planos de desastre em arquivos, que vão desde a
160 segurança física até o plano de evacuação do acervo, trabalho a ser realizado pela
161 Câmara Técnica de Conservação de Documentos; 11) Plano de capacitação a distância
162 para servidores públicos que atuem com gestão de documentos e preservação do

163 patrimônio documental arquivístico público em âmbito da União, Estados e Municípios,
164 em parceria com a Unesco, Interlegis, ENAP e universidades que possuam centros
165 especializados nesta atividade (Arquivologia e Ensino a Distância); 12) Programa de
166 especialização em gestão de documentação pública, junto à ENAP; 13)
167 Restabelecimento do Estágio Nacional de Arquivos – ENA a realizar-se em julho de
168 2007, com o objetivo de fortalecer e capacitar quadros técnicos dos arquivos públicos
169 estaduais para trabalhar as diversas questões ligadas à gestão de documentos,
170 preservação e para estimular uma familiarização mais efetiva com os instrumentos
171 elaborados pelo CONARQ. Espera-se que, concluído o ENA, essas pessoas voltem para
172 suas instituições, como elementos multiplicadores. Serão oferecidas vagas para
173 participar do ENA servidores dos arquivos nacionais de Angola, Cabo Verde,
174 Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Guiné, integrantes da Comunidade
175 de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A idéia é que o ENA aconteça anualmente e vá
176 se replicando; num primeiro momento, terá uma visão geral e depois poderá acontecer
177 de maneira verticalizada; 14) Realização de um Curso sobre Preservação de
178 Documentos Audiovisuais, atividade paralela à realização do II Curso Internacional de
179 Preservação de Documentos Cinematográficos, promovidos pelo ICCROM, cujas aulas
180 serão ministradas em inglês, sem tradução simultânea. A idéia do Arquivo Nacional, é
181 realizar um Curso de Preservação de Documentos Audiovisuais inserido no ENA,
182 aberto à comunidade, visando atingir pontos mais significativos do curso do ICCROM.
183 Este curso terá tradução simultânea, em inglês-português e português-inglês e contará
184 com a participação de especialistas do Oriente, Europa e América Latina, que
185 ministrarão as aulas; 15) Como elaborar um bom projeto Técnico para uma agência de
186 fomento seja nacional ou internacional. A idéia é ter um grupo que elabore uma
187 proposta, que será trazida ao Plenário do CONARQ e, uma vez aprovada, servirá de
188 diretriz para a elaboração de um projeto cultural, com um elenco de agências de
189 fomento nacionais ou internacionais. Terminado os informes, o Presidente encerrou a
190 sessão da manhã. A segunda sessão teve início às quatorze horas. A Conselheira Ieda
191 apresentou diversas sugestões sobre o e-ARQ, constantes de sua análise encaminhada ao
192 CONARQ, em 28 de novembro de 2006, para apreciação da Câmara Técnica de
193 Documentos Eletrônicos, e a qual anexamos à presente Ata em atendimento à
194 solicitação da Conselheira Ieda. Seguiu-se longa discussão sobre os conceitos de
195 fidedignidade, confiabilidade e autenticidade, que contou com a participação do
196 Conselheiro Lamberto e da Presidente da CTDE. O Conselheiro Lamberto ressalta que

197 no documento e-ARQ, na parte que fala dos aspectos de funcionalidade, classificação e
198 metadados é mencionado apenas “dossiês e processos”, e não existe a menção aos
199 documentos avulsos. Lamberto gostaria de saber se realmente os documentos avulsos
200 estão sendo desconsiderados. A Presidente da CTDE, explica que tanto o Modelo de
201 Requisitos do DoD quanto o modelo do MoReq, pregam que não se trate o documento
202 como peça e sim que o documento seja sempre inserido nos dossiês para capturar o
203 documento. O Conselheiro Lamberto ressalta a questão de se estar trazendo para a
204 realidade brasileira, peculiaridades do modelo americano, que tradicionalmente sempre
205 dividiu gestão de arquivos correntes e arquivos históricos e que os Estados Unidos tem
206 conceitos arquivísticos distintos do Brasil. Lamberto ressalta que o Brasil tem uma
207 tradição e um expertise arquivístico mais sofisticado do que os americanos, uma vez que
208 entendemos o ciclo arquivístico como um processo integrado. O Conselheiro Lamberto
209 indaga como o Canadá tem tratado o assunto, e Margareth da Silva, integrante da
210 CTDE e técnica do Arquivo Nacional, informa que o modelo canadense não fora
211 estudado. O Conselheiro Lamberto diz que, na sua opinião, o modelo de referência de
212 arquivística integrada é o modelo canadense, inclusive é o modelo mais próximo do
213 modelo brasileiro do que o europeu e o americano. O Conselheiro Lamberto sugere que
214 se inclua no e-ARQ, o termo documento, além de dossiê e processo, sugere, ainda, que
215 fiquem as três palavras: documento, dossiê e processo, em respeito à tradição brasileira,
216 que trata o documento individual no seu nascedouro. Terminada a discussão, o
217 Presidente do CONARQ, submete o texto final do e-ARQ à deliberação do Plenário,
218 tendo sido o mesmo aprovado. O Presidente informa, então, que o e-ARQ ficará em
219 consulta pública na página web do Arquivo Nacional até o dia 31 de outubro de 2006.
220 (Tendo presente o seu volume, o texto do e-ARQ aprovado nesta reunião será anexado a
221 esta Ata, e passará a fazer parte integrante da mesma) a tratar a reunião foi encerrada às
222 18 horas.